

A INTERTEXTUALIDADE: UM CONCEITO EM MUITOS OLHARES

Gutemberg Lima da Silva (UNICAP/IFAL)
gutolimasilva@gmail.com

Dr. Roberta Varginha Caiado (UNICAP)
caiado.roberta@gmail.com

RESUMO

A intertextualidade é um mecanismo cognitivo, textual e discursivo para construção das relações interacionais, sendo utilizado por diversos ramos da ciência social, na construção e análise de discursos. O uso desse recurso possibilita uma melhor atuação social, em que os intertextos constroem um mundo de significados intencionais. Quanto mais elaborado e preciso for o uso do intertexto, mais domínio da língua/linguagem o sujeito demonstra, merecendo, por isso mesmo, atenção e estudo. Como todo aporte científico, a compreensão desse fenômeno textual apresenta uma evolução histórica, influenciada pelas principais descobertas filosóficas que demarcam cada época. O presente estudo, fruto de outro que busca analisar os Livros Didáticos quanto ao ensino da intertextualidade, tem como objetivo sistematizar o percurso histórico desse conceito, apresentando as principais teorias e modelos de análise do processo da intertextualidade, a saber, os estudos na Idade Antiga, Saussure (2006), Bakhtin (2009), Kristeva (1980), Barthes (1988), Genette (1992), Riffaterre (1984), entre outros. Nesse intento, faz-se necessário um estudo por diversos campos das Ciências, uma vez que a Linguística é relativamente nova, datada a partir do século XIX. Por último, procuramos apresentar como a Linguística Textual, principal foco do nosso trabalho, aborda o conceito, apresentando alguns teóricos e modelos de análise que buscam entender o fenômeno, precisamente Beaugrande & Dressler (1989), Koch (2003, 2004, 2006, 2007, 2009, 2011), Marcuschi (2003) e Bazerman (2005, 2006, 2007). A metodologia utilizada consiste na revisão crítica da bibliografia e de pesquisas já realizadas na área. Através desse estudo, procura-se compreender o mecanismo da intertextualidade como arcabouço teórico para compreensão/uso da Língua/ Linguagem, especificamente na construção e processamento de textos. Os resultados apontam para a necessidade de um arcabouço teórico que possibilite uma apreciação mais unitária desse mecanismo, de modo que as diversas ciências possam fazer uso do modelo.

Palavras-chaves: Intertextualidade, Linguística Textual, Linguística Aplicada.

ABSTRACT

Intertextuality is a cognitive, textual and discursive mechanism for construction of interactional relationships, being used by several branches of social science, construction and discourse analysis. Using this feature allows a better social performance, where intertexts build a world of unintended meanings. The more elaborate and accurate the use of intertext, more language proficiency / language the subject demonstrates, deserving, therefore, attention and study. Like any scientific knowledge, understanding this phenomenon textual features historical evolution, influenced by major philosophical discoveries that mark each season. This study, the result of another that seeks to analyze the textbooks for teaching intertextuality - aims to systematize the historical background of this concept, presenting the main theories and models of analysis of the process of intertextuality, namely, studies in old age, Saussure (2006) Bakhtin (2009), Kristeva (1980), Barthes (1988), Genette (1992) Riffaterre

(1984), among others. In this attempt we needed a study for different fields of Science, since linguistics is relatively new, dating from the nineteenth century. Finally, we present as *Textual Linguistics*, the main focus of our work addresses the concept, presenting some theoretical and analytical models that seek to understand the phenomenon, precisely Beaugrande & Dressler (1989), Koch (2003, 2004, 2006, 2007, 2009, 2011), Marcuschi (2003) and Bazerman (2005, 2006, 2007). The methodology consists in the critical review of the literature and past research in the area. Through this study, we seek to understand the mechanism of intertextuality as a theoretical framework for understanding / use of language / Language, specifically in construction and processing of texts. The results point to the need for a theoretical framework that enables a more unitary appreciation of this mechanism, so that the various sciences can make use of the model.

Keywords: *Intertextuality, Textual Linguistics, Applied Linguistics.*

INTRODUÇÃO

A intertextualidade é um processo constitutivo dos textos. Esse princípio textual é consagrado nos estudos da linguagem. Compreender um pouco do percurso histórico desse princípio ajuda-nos a perceber a evolução do pensamento científico acerca do objeto e também pode nos ajudar a perceber melhor as diretrizes traçadas na construção do pensamento moderno desse princípio. Esse estudo apresenta um pouco desse percurso até o surgimento do termo “intertextualidade”. Para tal fim, passamos inicialmente pela Idade Antiga e Idade Média. Posteriormente, apresentamos pensamento do pai da Linguística, Saussure, seguido dos pensamentos do filósofo russo Bakhtin. Segue-se, Kristeva, que pela primeira vez apresenta o termo intertextualidade para a comunidade científica. Depois, apresentamos, rapidamente, as ideias sobre intertextualidade de Barthes, Genette e Riffaterre. Depois, apresentamos o conceito dentro da Linguística Textual, apresentando os conceitos definidos por Beaugrande & Dressler, Koch, Marcuschi e Bazerman.

1. A intertextualidade na Idade Antiga e na Idade Média

O estudo da intertextualidade data da antiguidade clássica, mas foi a literatura a precursora das análises linguísticas sobre esse aspecto da linguagem. A literatura comparada, preocupada inicialmente com a forma, já pontuava a apreciação dos elementos intertextuais. Corrales (2010) afirma que o histórico da Literatura Comparada já demarca essa tradição. A comparação já era preocupação de Aristóteles na *Poética*.

A epopeia e a tragédia concordam somente em serem, ambas, imitação de homens superiores, em verso; mas, difere a epopeia da tragédia, pelo seu metro único e a forma narrativa. E também em extensão, por que a tragédia procura, o mais que é possível, caber dentro de um período do sol, ou pouco excedê-lo, porém a epopeia não tem limite de tempo, e nisso diferem, ainda que a tragédia, ao princípio, igualmente fosse limitada no tempo, como os poemas épicos.

Quanto às partes constitutivas, algumas são as mesmas na tragédia e na epopeia, outras são só próprias da tragédia. Por isso, quem quer que seja capaz de julgar da qualidade e dos defeitos da tragédia, tão bom juiz será da epopeia. Por que todas as partes da poesia épica se encontram na tragédia, mas nem todas as da poesia trágica intervêm na epopeia. (POÉTICA, 1966, p. 71 – 72, apud CARRALES, 2010, p. 2)

A preocupação de Aristóteles em definir a forma dos gêneros literários já consagra uma percepção da intertextualidade entre os gregos e, conseqüentemente, também demonstra uma necessidade de aprofundamento metódico para compreender o fenômeno. Em Platão, em um diálogo da República, há uma preocupação com a cópia na construção desse conceito, demarcando o intertexto.

- mas - interveio Adimanto - não compreendo o que estas a dizer.
- ora, a verdade é que preciso que compreendas- repliquei- talvez desta maneira entendas melhor. Acaso tudo quanto dizem os prosadores e poetas não é uma narrativa de acontecimentos passados, presentes e futuros? – pois que outra coisa poderia ser? - porventura eles não a executam por meio de narrativa?, através da imitação, ou por meio de ambas? – ai está outra afirmação que ainda preciso de entender mais claramente. [...]
- sabes, portanto, que até este ponto da epopéia é o próprio poeta que fala e não tenta voltar o nosso pensamento para outro lado, como se fosse outra pessoa que dissesse e não ele. E depois disso fala como se Crises fosse ele mesmo e tenta o mais possível fazer-nos supor que não é Homero que fala, mas o sacerdote, que é um ancião. E quase todo o resto da narrativa está feito desse modo, sobre os acontecimentos de Ílion, em Ítaca e as provações em toda a Odisséia.
- absolutamente, declarou.
- portanto há narrativa, quer quando refere os discursos de ambas as partes, quer quando se trata do intervalo entre eles?
- como não seria assim?
- mas, quando ele profere um discurso como se fosse outra pessoa, acaso não diremos que ele assemelha o mais possível o seu estilo ao da pessoa cuja fala anunciou?
- Diremos, pois não!
- ora, tornar-se semelhante a alguém na voz ou na aparência é imitar aquele com quem queremos parecer-nos?
- sem dúvida.
- num caso, assim, parece-me, este e os outros poetas fazem a sua narrativa por meio da imitação.
- absolutamente.
- [...]
- e não é válido o mesmo raciocínio para a imitação, de que a mesma pessoa não é capaz de imitar tão bem muitas coisas como a uma só?
- claro que não.
- logo, dificilmente exercerá ao mesmo tempo uma das profissões de importância e imitará muitas coisas e será imitador, uma vez que nem sequer as mesmas pessoas imitam bem ao mesmo tempo duas artes miméticas que parecem próximas uma da outra, a comedia e a tragédia. Ou não chamaste a pouco imitações a ambas? (A república, 1987, p. 114-119, apud CARRALES, 2010, p. 3 - 4)

A imitação, e conseqüentemente a intertextualidade, já se fazia preocupação, principalmente dos estudos filosóficos dos gregos, como demonstra o diálogo reproduzido acima entre Sócrates e Adimanto, discutindo uma ideia: até que ponto a originalidade faz parte da tradição literária? Na Idade Média, os estudos da “imitação” continuaram. Corrales (2010, p. 4) assim resume esse período:

Segundo a cronologia, em 1598 , quando Francis Meirelles publicou seu Discurso comparado de nossos poetas ingleses com os poetas gregos, latinos e italianos até 1800 quando Mme de Stael publicou Da Alemanha Enfim, há diversos trabalhos intercalados, poderia dizer, exaustivos. A França, berço do comparatismo, tem para a literatura comparada, uma contribuição significativa; seja pelo Dicionário filosófico de Voltaire; seja pela divulgação

do termo através de Abel François Villemain; seja nos cursos de Philarète Charles no Collège de France, em 1841.

Autores consagrados em literatura comparada já remontam as preocupações com os intertextos provenientes da tradição histórico-literária e um estudo diacrônico do processo intertextual. Essa preocupação da Literatura irá ressurgir em Kristeva (1969), como também nos estudos mais veementes da contemporaneidade, tornando-se, com o tempo, uma preocupação da Linguística Textual.

2. O início da Linguística: Saussure

Como já foi dito, a intertextualidade teve seu termo iniciado na literatura, contudo seu conceito é bem anterior. Nos estudos da Linguística, enquanto ciência, há de se perceber a importância do pai Saussure (2006 [1857]) como precursor do objeto da Linguística: a língua, como norma de todas as manifestações da linguagem. A divisão entre fala e língua, entre o individual e o coletivo, demarcam bem dimensões que se completam e se associam.

O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente dos indivíduos; esse estudo é unicamente psíquico; outra secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação e é psico-física (SAUSSURE, 2006 [1857], p. 27)

Nessa manifestação pessoal, caracteriza-se a individualidade, o caráter de escolha própria de cada usuário, regido por processos psíquicos, que demarcam o aspecto estilístico único. Nesse ponto, as escolhas de intertexto começam a apresentar-se como uma opção individual, junto ao repertório mnemônico do sujeito (ALLEN, 2000).

As dicotomias, principalmente demarcadas pelos eixos sintagmáticos e os associativos apresentados pelo autor, asseveram a possibilidade de escolhas, entre opções disponíveis, para construção de enunciados ricos e diversificados. A possibilidade de colocar o intertexto ou não no discurso aparece já no autor/escritor como mecanismo natural da língua, enquanto elemento de associações, possibilidade do eixo paradigmático. Se pensamos e agimos através de gêneros textuais (MARCUSCHI, 2008; MILLER, 1994; BAZERMAN, 2005), invariavelmente, pensamos em “blocos” textuais. Esses interdiscursos provenientes desses blocos textuais são psiquicamente acionados e transpostos no novo texto, demarcando um processo intertextual constitutivo do próprio texto¹ (MARCUSCHI, 2008).

Esse pensamento é compartilhado por Allen (2000, p. 10), quando afirma que “essa revolução no pensamento, que foi estabelecida pela ‘turno linguístico’ nas ciências humanas, pode ser entendido como a origem da teoria da intertextualidade²”.

Apesar da problemática em associar o pai da linguística ao início do pensamento da intertextualidade, uma vez que Saussure elegeu unicamente a língua como objeto da nova ciência e preocupou-se com os estudos sincrônicos e estruturantes dessa língua, ainda sim se percebe que o mestre já percebia, quando da caracterização da fala, um

¹ Marcuschi (2008) distingue a textualidade a partir de sete critérios: coesão, coerência, informatividade, intencionalidade, situacionalidade, aceitabilidade e intertextualidade. Quanto a esse último, o autor afirma: “o que se pode dizer é que a intertextualidade, mais do que um simples critério de textualidade, é também um princípio constitutivo que trata o texto como uma comunhão de discursos e não como algo isolado” (p. 132).

² Tradução livre: “This revolution in thought, which has been styled the ‘linguistic turn’ in the human sciences, can be understood as one origin of the theory of intertextuality” (p. 10).

mecanismo psico-físico de influência dos discursos anteriores na construção de um discurso próprio. A intertextualidade, princípio configurador da linguagem, terá maior atenção dos estudos linguísticos posteriormente.

Essa capacidade de pensar em “blocos” associativos é apresentada por Saussure (2006 [1857]) como um elemento da memória discursiva: “fora do discurso, as palavras que oferecem algo de comum se associam na memória e assim se formam grupos dentro dos quais imperam relações muito diversas” (p. 143). O teórico, dentro da análise do enunciado estruturante das línguas, já apreendeu a possibilidade de construções interdiscursivas. Allen (2000), percebendo esse fator afirma:

autores de trabalhos literários simplesmente não selecionam palavras de um sistema linguístico, eles selecionam parcelas, características genéricas, aspectos do caráter, imagens, modelos de narrativas, até mesmo expressões e frases de textos literários anteriores e da literatura tradicional³ (p. 11)

O pensamento dos autores/escritores já são associativos, já são por natureza paradigmáticos, já são intertextuais ou dialógicos, como veremos a seguir com Bakhtin.

3. Bakhtin e o contexto histórico-sócio-cultural

O teórico russo contribuiu fortemente para a compreensão das Ciências da Linguagem tal como a entendemos hoje. Coube a ele, ou ao Círculo do qual ele era um dos integrantes mais importantes⁴, a perspectiva nova da Linguagem. Coube ao grupo a compreensão do social e do histórico na construção dos discursos.

Para entender sua teoria, alguns conceitos-chaves são essenciais. O primeiro conceito que merece nossa atenção é o de Enunciado Concreto. Para Bakhtin (2009) há um “todo formado pela parte material (verbal e visual) e pelos contextos de produção, circulação e recepção” (SILVA, 2013, p. 49). Esses elementos são constitutivos do enunciado e não podem deixar de ser considerados em qualquer análise mais detalhada, marcando a unidade de sentido.

Já o sentido se constitui de significação e tema. A significação é constante, constitui a carga semântica das palavras, e acompanha a palavra toda vez que é pronunciada. O filósofo russo, ao conceituar significação, afirma: “entendemos os elementos da enunciação que são *reiteráveis e idênticos* cada vez que são repetidos” (grifo do autor) (BAKHTIN, 2009, p. 134). Já o tema é único, pois se refere ao momento de uso da palavra. “O tema da enunciação é na verdade, assim como a própria enunciação, individual e não reiterável” (BAKHTIN, 2009, p. 133). O tema se refere a todo o enunciado concreto: “parte verbal, entonação, relação entre interlocutores (quem fala com quem), condições sócio-históricas, condições de tempo e de espaço etc.” (SILVA, 2013, p. 50). Bakhtin (2009, p. 133) afirma que:

o tema da enunciação é determinado não só pelas formas linguísticas que entram na composição (as palavras, as formas morfológicas ou sintáticas, os sons as entonações), mas igualmente pelos elementos não verbais da situação.

³ Tradução livre: “authors of literary works do not just select words from a language system, they select plots, generic features, aspects of character, images, ways of narrating, even phrases and sentences from previous literary texts and from the literary tradition”. (p. 11)

⁴ Silva (2013) assim sintetiza a atribuição do termo Círculo: “Dá-se o nome Círculo, em geral, aos grupos formados pelo pensador russo e por seus amigos e colaboradores em diferentes momentos da vida de Bakhtin. Alguns estudiosos, por conta da existência desses diversos grupos, preferem falar de *Círculos* de Bakhtin” (p. 46).

Nessa construção, o signo para Bakhtin é um aparato ideológico, pois é carregado de sentidos que se referem à posição social, histórica e cultural de um enunciado concreto. Na compreensão do sentido, Bakhtin (2009) deixa claro que não se pode traçar uma fronteira exata entre tema e significação, pois cada um terá mais valia em se observando de determinada forma o enunciado concreto. O signo bakhtiniano não é linguístico, mas, ideológico, “ou seja, é carregado de sentidos que dizem respeito a uma posição social, histórica e cultural”. (SILVA, 2013, p. 51). Brait (2011, p. 21) colabora com essa apreensão quando afirma que “o enunciado concreto, e não a abstração linguística, nasce, vive e morre no processo de interação social entre os participantes do enunciado. Sua forma e significação são determinadas, basicamente, pela forma e pelo caráter dessa interação”.

Os enunciados concretos constituem-se enquanto interação, com relação ao outro, nem sempre demarcado. E nesse jogo interativo, a constituição do eu é formada pela presença do outro, tu, que perpassa o discurso, podemos dizer a realidade, do discurso configurador do eu. Esse processo é chamado pelo círculo de Bakhtin de Dialogismo.

Na realidade, toda palavra comporta, duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor (BAKHTIN, 2009, p. 117).

O diálogo se estabelece na construção da interação pela presença sempre do outro no próprio discurso: “Se toda palavra se dirige a alguém e tem seu tema construído na interação, temos sempre o mínimo de dois interlocutores. No entanto, devemos também considerar que todos os enunciados de que participamos vêm de outros enunciados e provocam respostas” (SILVA, 2013, p. 53). Esse é o princípio do dialogismo. Mas há a presença também de outros interlocutores no discurso, ao que é dito de discurso relatado. Esse é marcado linguisticamente através dos discursos diretos, indiretos e indiretos livres. A intertextualidade agora ganha forma filosófica nos estudos da linguagem, uma vez que “o dialogismo é condição do sentido do discurso” (BARROS, 2011, p. 2), pois o princípio estruturante do enunciado marca a presença de um ato responsivo ao dito.

Segundo Barros (2011), esse dialogismo segue duas vertentes bem destacadas: uma de linha francesa, em que “o sujeito deixa de ser o centro da interlocução que passa a estar não mais no *eu* nem no *tu*, mas no espaço criado entre ambos, ou seja, no texto” (BARROS, 2011, p. 3). O sujeito passa a ser um efeito de linguagem, resultado e não causa. A outra vertente de análise do dialogismo consiste no estudo do “diálogo entre muitos textos de uma cultura, que se instala no interior de cada texto e o define” (*idem*, 2011, p. 4). O dialogismo passa a ser a cisão de muitas vozes costuradas nos textos, em que o diálogo se estabelece como elemento constitutivo, em que se complementam ou respondem-se. Aqui surge o conceito de intertextualidade mais amplo: “a intertextualidade não é mais uma dimensão derivada, mas, ao contrário, a dimensão primeira de que o texto deriva” (*idem*, 2011, p.4).

Brait (2011) corrobora com essa perspectiva quando afirma, num processo de construção do sentido, da compreensão, a dialogicidade faz-se presente,

pois implica a participação de um terceiro que acaba penetrando o enunciado na medida em que a compreensão é um momento constitutivo do enunciado, do sistema dialógico exigido por ele. Isso significa que, de alguma maneira, esse terceiro interfere no sentido total em que se inseriu. Esse jogo dramático das vozes, denominado dialogismo ou polifonia, ou mesmo intertextualidade, é uma forma especial de interação, que torna multidimensional a representação e que, sem buscar uma síntese do conjunto, mas ao contrário uma tensão dialética, configura a arquitetura própria de todo discurso. (p. 25)

Esse terceiro é um participante do discurso e que subjaz a construção textual atual, num processo dialético, em que todos os sujeitos têm um papel importante no momento da interação, definindo papéis sociais e implicações de sentidos.

4. O termo intertextualidade por Kristeva

Julia Kristeva (1980) foi a primeira a usar o termo intertextualidade. Por isso mesmo, todo o trabalho escrito sobre esse tema não pode deixar de citá-la e evidenciar a sua importância para os estudos da linguagem. O termo surgiu no meio da crítica literária. Nos anos de 1960, na França, grandes teóricos se reuniam para publicar uma revista que representa um novo paradigma para os estudos literários: TEL QUEL (ALLEN, 2000).

Entre os autores com textos publicados nessa revista estavam: Kristeva, Derrida, Barthes, Foucault, entre outros. A presença desses nomes já demarca que os escritos lançavam o pioneirismo ao modo de pensar das ciências na época. A autora que está sobre nossa atenção atacou os conceitos de significação estável que dominavam a partir dos estudos de Saussure. A semiótica, como ciência da significação, recebeu fortes críticas, uma vez que uma visão sincrônica do significado para cada significante, não conseguia uma interpretação que incluísse os aspectos mais dinâmicos da língua (ALLEN, 2000).

Segundo Allen (2000), Kristeva apresenta um novo pensamento a cerca da semiótica, chamada por ela mesma de “semialnalysis”. Ela afirma que um texto não está pronto e acabado quando posto “à venda” pelo escrito, mas o texto está sempre em estado de produção, em processo de divisão de significados.

Combinando uma atenção marxista à produção ou ao 'trabalho' com a análise freudiana (sonho) - 'trabalho', Kristeva sublinha que não é apenas o objeto de estudo que está 'em processo', o processo de serem produzidos, mas também o sujeito, o autor, leitor ou analistas (ALLEN, 2000, p. 34).

Assim, cabe ao estudioso perceber que o olhar forma o significado dado ao texto literário. Esse conceito de produção contínua de significado do texto literário, será a base da construção do conceito de Intertextualidade. Kristeva (*apud* ALLEN, 2000, p.36) afirma que os autores não criam os textos do nada, eles são expressos a partir de outros textos pré-existentes, “uma permutação de textos, uma intertextualidade no espado de um determinado texto⁵”. Os textos são produzidos de um “texto cultural (social)”, em que todos os discursos são veiculados, estruturados e sancionados, o que chamamos de cultura. ALLEN (2000, p. 36) afirma:

O texto individual e o texto cultural são feitos de um mesmo material textual e não pode ser separado um do outro. Nós vemos aqui como a noção

⁵ Tradução nossa: “a permutation of texts, an intertextuality in the space of a given text”

bakhtiniana de diálogo foi parafraseada na atenção semiótica de Kristeva sobre texto, textualidade e suas relações às estruturas ideológicas.⁶

Kristeva (*apud idem*, 2000) apresenta um modelo de intertextualidade em que enfatiza a determinação social nos discursos. Ela apresenta o texto como uma costura de termos ideológicos, determinados pelo social. Quando afirmamos uma palavra ou texto, trazemos para a enunciação todos os fatores históricos que determinaram esse termo. Essa maneira de ver o intertexto representou uma nova forma de compreensão da semiótica e da literatura, áreas de trabalho da pesquisadora.

A pesquisadora definiu que o enunciado pode ser definido numa forma em que o eixo horizontal corresponde a uma leitura feita pelo autor e o leitor, uma leitura ocorrida no interior do texto. Num eixo vertical há a dinâmica proporcionada pelo texto e contexto, uma leitura feita ao exterior do texto. Na interseção dos eixos apresenta-se o intertexto, a convergência caracteriza a presença do intertexto. Pode-se afirmar que todo enunciado é construído em função dessa determinação:

eixo horizontal (sujeito-destinatário) e o eixo vertical (texto-contexto) coincidem, trazendo à luz um fato importante: cada palavra (texto) é uma interseção de palavras (textos), onde pelo menos uma outra palavra (texto) pode ser lido. Na obra de Bakhtin, esses dois eixos, o que ele chama de diálogo e ambivalência, não são claramente distinguidos. No entanto, o que aparece como uma falta de rigor é de fato uma visão em primeira introduzida na teoria literária por Bakhtin: qualquer texto é construído como um mosaico de citações; qualquer texto é a absorção e transformação do outro. A noção de intertextualidade substitui a intersubjetividade e a linguagem poética ganha um duplo sentido⁷ (KRISTEVA, 1980 *apud* ALLEN, 2000, p. 39)

Nesse texto, a pesquisadora apresenta a noção de intertextualidade como ela a pensou e desbravou. Devemos a essa pesquisadora a aparição da palavra e a abertura para discussões sobre o conceito e formulação da percepção do intertexto.

5. A intertextualidade: desdobramentos

Barthes (1988) é taxativo ao afirmar que por muito tempo pensou-se que a obra literária fosse uma representação do autor, que o autor está presente em toda a obra literária e, como tal, é um pouco de sua personalidade. O “Eu” da enunciação literária não é o autor, nem pode ser, pois na linguagem a enunciação demarca um eu próprio, que está presente na escrita, pois “a escrita é destruição de toda a voz, de toda a origem. A escrita é esse neutro, esse compósito, esse oblíquo para onde foge o nosso sujeito, o preto e branco aonde vem perder-se toda a identidade, a começar precisamente pela do corpo que escreve” (p. 65).

⁶ Tradução nossa: “Individual text and the cultural text are made from the same textual material and cannot be separated from each other. We see here how the Bakhtinian notion of the dialogic has been rephrased within Kristeva’s semiotic attention to text, textuality and their relation to ideological structures.”

⁷ Tradução nossa: “horizontal axis (subject–addressee) and vertical axis (text–context) coincide, bringing to light an important fact: each word (text) is an intersection of word (texts) where at least one other word (text) can be read. In Bakhtin’s work, these two axes, which he calls dialogue and ambivalence, are not clearly distinguished. Yet, what appears as a lack of rigour is in fact an insight first introduced into literary theory by Bakhtin: any text is constructed as a mosaic of quotations; any text is the absorption and transformation of another. The notion of intertextuality replaces that of intersubjectivity, and poetic language is read as at least double.

No seu texto: “A morte do autor”, Barthes (1988) começa descaracterizando o tempo. Ele destaca que há um tempo de enunciação e um tempo de escrita. O tempo de enunciação é o agora e, por isso mesmo, não pode haver um depois ou antes. Por esse motivo, “o texto é um tecido de citações, saldas dos mil focos da cultura” (p. 69). Só o leitor é capaz de decifrar essas múltiplas vozes, pois dependerá do leitor a capacidade de perceber, no momento da enunciação, os “mil focos da cultura”. “O leitor é o espaço mesmo onde se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que é feita uma escritura” (p. 70). A intertextualidade só é possível no processamento do texto, no ato de leitura, em que se pode perceber o intertexto.

Já Genette (1992, *apud* MARCUSCHI, 2008) afirma que o fenômeno da intertextualidade é apresentado com o nome de Transtextualidade, passando a um taxonomia:

A intertextualidade, que supõe a presença de um texto em outro (por citação, alusão etc); A paratextualidade, que diz respeito ao entorno do texto propriamente dito, sua periferia (títulos, prefácios, ilustrações, encartes, etc.); A metatextualidade, que se refere à relação de comentário de um texto por outro; A architextualidade, bastante mais abstrata, que põe um texto em relação com as diversas classes às quais ele pertence (tal poema de Baudelaire se encontra em relação de architextualidade com a classe dos sonetos, com a das obras simbolistas, com a dos poemas, com a das obras líricas, etc.); A hipertextualidade, que recobre fenômenos como a paródia, o pastiche etc. (MARCUSCHI, 2008, p. 130).

A intertextualidade para esse autor extrapola os limites do texto e já apontam para um mecanismo de padrões dos gêneros textuais. Riffaterre (1984, *apud* ALLEN, 2000) trabalha com a imitação como elemento de intertextualidade. Os obstáculos miméticos são as bases para a leitura e, novamente, coloca o leitor como elemento central da determinação do material intertextual.

Com essa discussão ocorrendo na literatura, a Linguística Textual também começou a pesquisar a intertextualidade através de seu aporte teórico.

6. A intertextualidade na Linguística Textual

No campo da Linguística Textual, Beaugrande e Dressler (1976, p. 45) afirmam que “a intertextualidade se refere aos fatores que vão depender da utilização adequada de um texto e do conhecimento que se tenha de outros textos anteriores”⁸.

Na concepção de Koch (2003a, p. 59):

Todo texto é um objeto heterogêneo, que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior, e, desse exterior, evidentemente, fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que retoma, a que alude, ou a que se opõe.

Koch (2003, 2004, 2006, 2007, 2009, 2011), em seus estudos na área da Linguística Textual, apresenta a intertextualidade como um critério necessário à produção dos textos. O seu modo de conceber o princípio e o modo de construção de um arcabouço teórico produtivo para as análises fez surgir uma compilação de propostas teóricas, que foram agrupadas e modeladas em dois grandes grupos: uma intertextualidade ampla, denominada de *lato sensu*, constitutiva de todo e qualquer discurso, e uma

⁸ Tradução livre: “La intertextualidad se refiere a los factores que hacen depender La utilización adecuada de un texto Del conocimiento que se tenga de otros textos anteriores”.

intertextualidade denominada *stricto sensu*, atestada, necessariamente, pela presença de um intertexto, apresentado de quatro formas: a temática, a estilística, a explícita e a implícita (KOCH, BENTES, CAVALCANTE, 2007).

Ao tratar a intertextualidade, a Nova Retórica apresenta-nos um componente de análise que nos permite de uma só vez analisar tanto os aspectos escritos quanto os discursivos, como nos mostra Bazerman (2007, p. 93), deixando claro o quanto esse mecanismo é importante para a compreensão e a escrita de textos:

enquanto leitores, podemos notar com mais exatidão aqueles intertextos que o escritor está invocando, além de como e com que propósitos isso ocorre; e mais, enquanto leitores, também podemos decidir se queremos trazer outros textos que o escritor não tenha considerado relevantes para dar suporte ao tema tratado.

Discutindo a partir de Bazerman (2006), a intertextualidade é a maneira como as relações explícitas e implícitas que um texto estabelece com os outros textos que lhe são antecedentes, contemporâneos ou futuros (em potencial, ou seja, que ainda vão ser produzidos). Essa corrente teórica preocupa-se com a organização social e as reações de poder que o texto encapsula (MARCUSCHI, 2008). O estudo da intertextualidade “não é apenas uma questão ligada a que outros textos você refere, e sim como você os usa, para que você os usa e, por fim, como você se posiciona enquanto escritor diante deles para elaborar seus próprios argumentos” (BAZERMAN, 2006, p. 103).

Marcuschi (2008), ao tratar os mecanismos da textualidade como critérios, afirma que a intertextualidade,

mais do que um simples critério de textualidade, é também um princípio constitutivo que trata o texto como uma comunhão de discursos e não como algo isolado. E esse fato é relevante porque dá margem a que se façam interconexões dos mais variados tipos para a própria interpretação [...] (p. 132)

Esse processo de perceber a intertextualidade como um fenômeno inerente ao texto é um consenso, mas também, na Linguística Textual, procura uma maneira de categorizar os modos de percepção do fenômeno.

CONCLUSÃO

A intertextualidade surge como elemento constitutivo do texto, uma vez que “os textos não surgem isoladamente, mas em relação com outros textos” (BAZERMAN, 2007, p. 92), tanto na escrita quanto no processo de leitura. A intertextualidade é um termo e conceito que faz parte constitutiva da linguagem e se manifesta na enunciação. O estudo histórico desse conceito permite perceber os percursos que nortearam a construção do conceito e os modos de visão possibilitados pela compreensão mais ajustada aos modos filosóficos predominantes em cada etapa histórica. Percebe-se que a intertextualidade já fora percebida desde os gregos, mas nem sempre como uma preocupação da Linguística ou da Filologia, mas da Literatura, irmã das Ciências da Linguagem.

O conceito do termo no campo dos estudos da linguagem, precisamente na Linguística Textual, é muito útil, mas um tanto impreciso no campo da análise, principalmente, porque cada teoria apresenta uma metodologia de análise própria. Percebe-se que a Intertextualidade é um fenômeno de muitas compreensões e necessita

de um ponto de compreensão unívoco para apreensão mais precisa sobre o que constitui esse fenômeno linguístico.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, Grahan. **Intertextuality**. London: Routledge, 2000.
- BAKHTIN, M. (Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BARROS, D.L. P. de. Dialogismo, polifonia e enunciação. *In*: BARROS, D. L. P. de; FIORIN, J. L. (Orgs.). **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2011. p. 1-9.
- BARTHES, R. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, Tipificação e Interação**. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. **Gênero, agência e escrita**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
- _____. **Escrita, Gênero e Interação Social**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BEAUGRANDE, Robert-Alain de. **New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication and the freedom of access to knowledge and society**. New Jersey: Ablex, 1997.
- _____; DRESSLER, W. U. **Introducción a la lingüística del texto**. Barcelona: Ariel, 2005.
- BRAIT, B. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. *In*: BARROS, D. L. P. de; FIORIN, J. L. (Orgs.). **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2011. p. 11 – 27.
- CORRALES, Luciano. **A intertextualidade e suas origens**. *In*: SEMANA DE LETRAS, 10, PUCRS, 2010. Porto Alegre: 10ª Semana de Letras 2010. EDIPUCRS, Comunicações, grupo 11. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/Xsemanadeletras/comunicacoes/Luciano-Corrales.pdf>.
- KOCH, Ingedore G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. **Argumentação e Linguagem**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. **Introdução à Linguística Textual**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- _____; ELIAS, Vanda M. **Ler e Compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____; _____. **Ler e Escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2009.
- _____; BENTES, Anna Cristina; CAVALCANTE, Mônica M. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. São Paulo: Cortez, 2007.
- MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.
- MILLER, C. Rhetorical Community: the cultural Basis of Genre. *In*: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (Eds.). **Genre and the New Rhetoric**. London/Bristol: Taylor & Francis, 1994, p. 67 -78.
- SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006 [1857].
- SILVA, A. P. P. de F. e. Bakhtin. *In*: OLIVEIRA, L. A.(org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola, 2013. p. 45-69.